



ATA N.º 7/2025

DA SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO DE 2025  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,  
REALIZADA A 15 DE SETEMBRO DE 2025

-----No dia 15 de setembro de 2025, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, reuniram-se em Sessão Ordinária de setembro, convocada ao abrigo do n.º 1 do Artigo 27.º e da alínea b) do n.º 1 do Artigo 30.º, do Anexo I, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e do Regimento em vigor, os Membros da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 1 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município;*
- PONTO 2 - *Apreciação e votação da proposta de alteração do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia de Lagos;*  
*Apreciação e votação da proposta de Desafetação de faixa de terreno do Domínio Público Municipal, sita na Rua 1.º de Maio - Bensafrim - União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João;*
- PONTO 3 - *Apreciação e votação de proposta de autorização prévia para a assunção de Compromisso Plurianual de “Reparação de roturas nas condutas públicas de distribuição de água na área do Município”;*
- PONTO 4 - *Apreciação do Relatório Municipal da Habitação de 2024;*
- PONTO 5 - *Apreciação dos Relatórios das Comissões Especializadas Permanentes da Assembleia Municipal.*

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, a Sra. Presidente da Mesa, Maria Joaquina Matos (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 50 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Carlos Manuel Saúde Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)
PS	João Fernando Rosado Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)



Fl. 116v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**DE**  
**LAGOS**

PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo
PS	Joaquim Manuel Martins Lopes
PS	José Manuel da Silva Jácome (2.º Secretário)
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria João Travanca Gervásio Batista
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos (Presidente)
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte
PS	Maria Manuela Margarido Rodrigues
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto (1.ª Secretária)
PS	Natércia Maria Baptista Reigada
PSD	Mílvia Filipa Pires de Campos Gonçalves
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso
CHEGA	Paulo Jorge Rosário Dias
BE	David Eduardo Vicente Roque

-----**AUSÊNCIA NA SESSÃO** da seguinte Membro da Assembleia Municipal:

<b>GRUPO MUNICIPAL</b>	<b>NOME DA MEMBRO</b>
PS	Dina Paula Furtado Bravo Seromenho de Cintra

-----**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

<b>GRUPO MUNICIPAL</b>	<b>NOME DO MEMBRO</b>	<b>PERÍODO SUBSTITUIÇÃO</b>	<b>SUBSTITUTO</b>
PS	José António dos Santos Guerreiro	Sessão	Joaquim Manuel Martins Lopes

-----**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA SESSÃO:**



PARTIDO	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira - Presidente
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vice-Presidente
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis - Vereador
PS	Sandra Maria Almada de Oliveira - Vereadora
PSD	Pedro Augusto Borges de Lima Palma Moreira - Vereador
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes - Vereador

-----**ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES:** Dispensada a leitura, uma vez que as mesmas tinham sido oportunamente enviadas aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, foram pelo Plenário apreciadas as seguintes Atas:

-----Ata n.º 14/2023 da Sessão Extraordinária de outubro de 2023 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 16 de outubro de 2023.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros
PS	Joaquim Manuel Martins Lopes
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato

-----**DELIBERAÇÃO N.º 96/AM/2025:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, com 21 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Duarte Rio, João Reis, Joaquim Russo, José Jácome, Márcio Viegas, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Duarte, Maria Manuela Rodrigues, Maria Paula Couto, Natércia Reigada], PSD [Milvia Gonçalves, Nuno Serafim, Rui Araújo], CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], LCF [Fernando Ildefonso], CHEGA [Paulo Rosário] e BE [David Roque]), a ata n.º 14/2023, da Sessão Extraordinária de outubro/2023, realizada a 16 de outubro de 2023.-----

-----Ata n.º 15/2023 da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de dezembro de 2023 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 11 de dezembro de 2023.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso
PS	João Fernando Rosado Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)



Fl. 117v.

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

PS	Joaquim Manuel Martins Lopes
PS	Natércia Maria Baptista Reigada

## -----DELIBERAÇÃO N.º 97/AM/2025:

-----**Aprovada**, por unanimidade, com 20 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Duarte Rio, Joaquim Russo, José Jácome, Márcio Viegas, Maria Clara Rato, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Duarte, Maria Manuela Rodrigues, Maria Paula Couto], PSD [Milvia Gonçalves, Nuno Serafim, Rui Araújo], CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], LCF [Cristina Marreiros], CHEGA [Paulo Rosário] e BE [David Roque]), a ata n.º 15/2023, da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de dezembro/2023, realizada a 11 de dezembro de 2023.-----

-----Ata n.º 16/2023 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de dezembro de 2023 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 12 de dezembro de 2023.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	Carlos Manuel Saúde Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte
PS	Natércia Maria Baptista Reigada

## -----DELIBERAÇÃO N.º 98/AM/2025:

-----**Aprovada**, por unanimidade, com 19 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Duarte Rio, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Jácome, Maria Clara Rato, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Duarte, Maria Paula Couto], PSD [Milvia Gonçalves, Nuno Serafim, Rui Araújo], CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], LCF [Fernando Ildefonso], CHEGA [Paulo Rosário] e BE [David Roque]), a ata n.º 16/2023, da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de dezembro/2023, realizada a 12 de dezembro de 2023.-----

-----Ata n.º 9/2024 da Sessão Extraordinária de julho de 2024 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 19 de julho de 2024.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
CDU	Ana Paula Pereira Viana
PS	Carlos Manuel Saúde Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos)



BE	David Eduardo Vicente Roque
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)
PS	José Manuel da Silva Jácome (2.º Secretário)
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Natércia Maria Baptista Reigada
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim

-----**DELIBERAÇÃO N.º 99/AM/2025:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, com 16 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, Márcio Viegas, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Duarte, Maria Manuela Rodrigues, Maria Paula Couto], PSD [Milvia Gonçalves, Rui Araújo], CDU [José Manuel Freire], LCF [Cristina Marreiros, Fernando Ildefonso] e CHEGA [Paulo Rosário]), a ata n.º 9/2024, da Sessão Extraordinária de julho/2023, realizada a 19 de julho de 2024.----

-----Ata n.º 10/2024 da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de setembro de 2024 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 30 de setembro de 2024.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)
PS	Joaquim Manuel Martins Lopes
PS	Natércia Maria Baptista Reigada
CHEGA	Paulo Jorge Rosário Dias

-----**DELIBERAÇÃO N.º 100/AM/2025:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, com 19 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Carlos Saúde, João Reis, Joaquim Russo, José Jácome, Márcio Viegas, Maria Clara Rato, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Duarte, Maria Manuela Rodrigues, Maria Paula Couto], PSD [Milvia Gonçalves, Nuno Serafim, Rui Araújo], CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], LCF [Fernando Ildefonso] e BE [David Roque]), a ata n.º 10/2024, da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de setembro/2024, realizada a 30 de setembro de 2024.-----

-----Ata n.º 11/2024 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de setembro de 2024 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 01 de outubro de 2024.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo



Fl. 118v.

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros
PS	Natércia Maria Baptista Reigada

-----**DELIBERAÇÃO N.º 101/AM/2025:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, com 22 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Duarte Rio, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Jácome, Márcio Viegas, Maria Clara Rato, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Duarte, Maria Manuela Rodrigues, Maria Paula Couto], PSD [Mílvia Gonçalves, Nuno Serafim, Rui Araújo], CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], LCF [Fernando Ildefonso], CHEGA [Paulo Rosário] e BE [David Roque], a ata n.º 11/2024 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de setembro/2024, realizada a 01 de outubro de 2024.-----

-----Ata n.º 12/2024 da Sessão Extraordinária de outubro de 2024 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 14 de outubro de 2024.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Natércia Maria Baptista Reigada

-----**DELIBERAÇÃO N.º 102/AM/2025:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, com 22 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Duarte Rio, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Jácome, Márcio Viegas, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Duarte, Maria Manuela Rodrigues, Maria Paula Couto], PSD [Mílvia Gonçalves, Nuno Serafim, Rui Araújo], CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], LCF [Fernando Ildefonso], CHEGA [Paulo Rosário] e BE [David Roque]), a ata n.º 12/2024 da Sessão Extraordinária de outubro/2024, realizada a 14 de outubro de 2024.-----

-----Ata n.º 13/2024 da Sessão Extraordinária de novembro de 2024 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 18 de novembro de 2024.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	João Fernando Rosado Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)





PS	Maria Paula Dias da Silva Couto (1.ª Secretária)
PS	Natércia Maria Baptista Reigada

-----**DELIBERAÇÃO N.º 103/AM/2025:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, com 21 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Duarte Rio, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Jácome, Márcio Viegas, Maria Clara Rato, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Duarte, Maria Manuela Rodrigues], PSD [Milvia Gonçalves, Nuno Serafim, Rui Araújo], CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], LCF [Cristina Marreiros, Fernando Ildefonso], CHEGA [Paulo Rosário] e BE [David Roque], a ata n.º 13/2024 da Sessão Extraordinária de novembro/2024, realizada a 18 de novembro de 2024.-----

-----Ata n.º 14/2024 da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de dezembro de 2024 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 2 de dezembro de 2024.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto (1.ª Secretária)
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo

-----**DELIBERAÇÃO N.º 104/AM/2025:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, com 20 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Dina Cintra, Duarte Rio, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Jácome, Márcio Viegas, Maria Clara Rato, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Rodrigues, Natércia Reigada], PSD [Milvia Gonçalves], CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], LCF [Cristina Marreiros], CHEGA [Paulo Rosário] e BE [David Roque]), a ata n.º 14/2024 da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de dezembro/2024, realizada a 2 de dezembro de 2024.-----

-----Ata n.º 15/2024 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de dezembro de 2024 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 03 de dezembro de 2024.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
BE	David Eduardo Vicente Roque
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso



Fl. 119v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**DE**  
**LAGOS**

PS	João Fernando Rosado Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto (1.ª Secretária)
PSD	Mílvia Filipa Pires de Campos Gonçalves
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo

-----**DELIBERAÇÃO N.º 105/AM/2025:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, com 17 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Dina Cintra, Duarte Rio, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Jácome, Márcio Viegas, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Duarte, Maria Manuela Rodrigues, Natércia Reigada], CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], LCF [Cristina Marreiros], e CHEGA [Paulo Rosário]), a ata n.º 15/2024 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de dezembro/2024, realizada a 3 de dezembro de 2024.-----

-----Ata n.º 1/2025 da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de fevereiro de 2025 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 24 de fevereiro de 2025.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

<b>GRUPO MUNICIPAL</b>	<b>NOME/CARGO DO(A) MEMBRO</b>
BE	David Eduardo Vicente Roque
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto (1.ª Secretária)
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim

-----**DELIBERAÇÃO N.º 106/AM/2025:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, com 19 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Carlos Saúde, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Jácome, Márcio Viegas, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Duarte, Maria Manuela Rodrigues, Natércia Reigada], PSD [Mílvia Gonçalves, Rui Araújo], CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], LCF [Cristina Marreiros, Fernando Ildefonso] e CHEGA [Paulo Rosário]), a ata n.º 1/2025 da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de fevereiro/2025, realizada a 24 de fevereiro de 2025.-----

-----Ata n.º 2/2025 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de fevereiro de 2025 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 25 de fevereiro de 2025.-----





-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
BE	David Eduardo Vicente Roque
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto (1.ª Secretária)

-----**DELIBERAÇÃO N.º 107/AM/2025:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, com 20 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Carlos Saúde, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Jácome, Márcio Viegas, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Duarte, Maria Manuela Rodrigues, Natércia Reigada], PSD [Milvia Gonçalves, Nuno Serafim, Rui Araújo], CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], LCF [Cristina Marreiros, Fernando Ildefonso] e CHEGA [Paulo Rosário]), a ata n.º 2/2025 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de fevereiro/2025, realizada a 25 de fevereiro de 2025.-----

-----Ata n.º 3/2025 da Sessão Ordinária de abril de 2025 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 29 de abril de 2025.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	Carlos Manuel Saúde Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	João Fernando Rosado Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PSD	Milvia Filipa Pires de Campos Gonçalves
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo

-----**DELIBERAÇÃO N.º 108/AM/2025:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, com 19 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Duarte Rio, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Jácome, Márcio Viegas, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Duarte, Maria Manuela Rodrigues, Maria Paula Couto, Natércia Reigada], PSD [Nuno Serafim], CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], LCF [Cristina Marreiros, Fernando Ildefonso], CHEGA [Paulo Rosário] e BE [David Roque]), a ata n.º 3/2025 da Sessão Ordinária de abril/2025, realizada a 29 de abril de 2025.-----



Fl. 120v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**DE**  
**LAGOS**

-----Ata n.º 4/2025 da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de junho de 2025 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 23 de junho de 2025.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
BE	David Eduardo Vicente Roque
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso
PS	João Fernando Rosado Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Natércia Maria Baptista Reigada

-----**DELIBERAÇÃO N.º 109/AM/2025:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, com 19 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Jácome, Márcio Viegas, Maria Clara Rato, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Duarte, Maria Manuela Rodrigues, Maria Paula Couto], PSD [Milvia Gonçalves, Nuno Serafim, Rui Araújo], CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], LCF [Cristina Marreiros] e CHEGA[Paulo Rosário]), a ata n.º 4/2025 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de junho/2025, realizada a 23 de junho de 2025.-----

-----Ata n.º 5/2025 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de junho de 2025 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 24 de junho de 2025.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
CDU	Ana Paula Pereira Viana
PS	Carlos Manuel Saúde Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
BE	David Eduardo Vicente Roque
PS	João Fernando Rosado Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Natércia Maria Baptista Reigada

-----**DELIBERAÇÃO N.º 110/AM/2025:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, com 18 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Duarte Rio, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Jácome, Márcio Viegas, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Duarte, Maria Manuela Rodrigues,



Maria Paula Couto], PSD [Milvia Gonçalves, Nuno Serafim, Rui Araújo], CDU [José Manuel Freire], LCF [Cristina Marreiros, Fernando Ildefonso] e CHEGA [Paulo Rosário]), a ata n.º 5/2025 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de junho/2025, realizada a 24 de junho de 2025.-----

-----Ata n.º 6/2025 da Sessão Extraordinária de julho de 2025 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 14 de julho de 2025.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
BE	David Eduardo Vicente Roque
PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim

-----**DELIBERAÇÃO N.º 111/AM/2025:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, com 21 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Duarte Rio, João Reis, Joaquim Lopes, José Jácome, Márcio Viegas, Maria Clara Rato, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Duarte, Maria Manuela Rodrigues, Maria Paula Couto, Natércia Reigada], PSD [Milvia Gonçalves, Rui Araújo], CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], LCF [Cristina Marreiros, Fernando Ildefonso] e CHEGA [Paulo Rosário]), a ata n.º 6/2025 da Sessão Extraordinária de julho/2025, realizada a 14 de julho de 2025.-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**

-----O Sr. Fernando Ramos Bernardo fez a seguinte intervenção: “É com um misto de preocupação e esperança que me apresento nesta Assembleia Municipal, como cidadão e membro da Assembleia de Freguesia de Odiáxere, para abordar uma questão que afeta diretamente a eficácia da nossa representação democrática local e, consequentemente, o bem-estar dos cidadãos que servimos. No atual mandato a Junta de Freguesia de Odiáxere tem mantido uma postura de pouco mais do que gestão corrente, focando-se apenas nas suas competências essenciais. Contudo, durante este período, foram apresentadas nesta Assembleia de Freguesia mais de duas dezenas de propostas e moções destinadas a melhorar a vida dos nossos munícipes e a responder a necessidades concretas da comunidade. Dessas propostas e moções destaco 9 que foram aprovadas por maioria ou unanimidade, assim como 3 recomendações de execução das moções também aprovadas por unanimidade; todas de elevado interesse para a freguesia, para melhor qualidade de vida e bem estar da comunidade residente: REUNIÃO DE 21 DE ABRIL DE 2022 – PELA REQUALIFICAÇÃO DA RUA DE CAMÕES/ aprovada por unanimidade; REUNIÃO DE 09 DE JUNHO 2022 - ILHAS ECOLÓGICAS PARA A ZONA DA TORRE/ aprovada por unanimidade REUNIÃO DE 09 DE JUNHO 2022 – PELA RÁPIDA CONSTRUÇÃO DA ROTUNDA NA ENTRADA DE ODIÁXERE/ aprovada por unanimidade; REUNIÃO DE 28 DE SETEMBRO 2022 - REPARAÇÃO DO PONTÃO DA RIA DE ALVOR/ aprovada por unanimidade; REUNIÃO DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022 – ÁGUA, BEM



Fl. 121v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

PÚBLICO E UNIVERSAL - alargamento da rede de abastecimento de água até ao Vale da Lama, Arão e zonas adjacentes/ aprovada por unanimidade (*recorda-se que este assunto já tinha merecido um abaixo assinado que não obteve resultados práticos*); REUNIÃO DE 20 DE SETEMBRO DE 2023 - PELO DESENVOLVIMENTO DE UM PLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DE ODIÁXERE/ aprovada por unanimidade; REUNIÃO DE 15 DE ABRIL DE 2025 - PROPOSTAS DE RECOMENDAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS MOÇÕES APROVADAS EM 09 DE JUNHO DE 2022 E 28 DE SETEMBRO DE 2022/ todas aprovadas por unanimidade; REUNIÃO 26 DE ABRIL DE 2024 - A MESA DA ASSEMBLEIA, COM O CONTRIBUTO DE TODAS AS FORÇAS POLÍTICAS NELA REPRESENTADAS, ELABOROU UMA MOÇÃO QUE VISAVA A REQUALIFICAÇÃO URBANA DA VILA DE ODIÁXERE, SOLICITANDO À CÂMARA MUNICIPAL que se manifestasse sobre a mesma até ao final de 2024... REUNIÃO DE 25 DE JUNHO DE 2025 - CONCURSO DE IDEIAS PARA REQUALIFICAÇÃO DA ÁREA DO ANTIGO MERCADO DO GADO/ aprovado por maioria. É com profundo desalento que constatamos que nenhuma destas propostas e moções obteve qualquer resposta ou seguimento por parte da Câmara Municipal de Lagos. Esta ausência de retorno não é apenas um desrespeito pelo trabalho e pela dedicação dos eleitos da Assembleia de Freguesia mas, mais grave ainda, representa uma falha na prestação de contas e na atenção às necessidades expressas pelos cidadãos de Odiáxere. Surge, assim, uma questão fundamental que urge debater e clarificar: para que servem as Assembleias de Freguesia se o trabalho produzido por estes órgãos não se traduz em benefícios concretos para os seus habitantes? Se as nossas propostas são ignoradas e as nossas moções caem em saco roto, qual o propósito de um órgão que deve ser um elo de ligação entre os munícipes das freguesias e o poder municipal, um motor de progresso e de resolução de problemas locais? A Assembleia de Freguesia é um espaço de debate, de formulação de ideias e de representação dos interesses da comunidade. Quando os seus resultados são sistematicamente desconsiderados, desvaloriza-se não apenas o trabalho dos eleitos, mas também a própria voz dos cidadãos que nos confiaram o seu voto. Esta situação mina a confiança nas instituições e gera um sentimento de impotência e frustração junto da população, que depende destas decisões políticas para a melhoria das suas condições de vida. Apelamos, por isso, à Câmara Municipal de Lagos que reconsidere a sua postura. É imperativo que seja estabelecido um canal de comunicação eficaz e um compromisso real com as propostas e moções apresentadas pelas Assembleias de Freguesia. É essencial que haja uma análise séria e fundamentada das nossas contribuições e que, quando estas são consideradas válidas, sejam implementadas ou, pelo menos, que sejam dadas explicações claras sobre os motivos que impedem a sua concretização. Apelamos a todos os membros desta Assembleia Municipal a refletirem sobre esta situação e a unirem esforços para garantir que os órgãos de poder local, incluindo as Juntas e Assembleias de Freguesia, cumpram verdadeiramente o seu papel e sirvam os interesses daqueles que representam. O futuro das nossas freguesias e a credibilidade das nossas instituições dependem disso.”-----



-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, referiu que a questão da rotunda na entrada norte de Odiáxere constitui uma desilusão, por ainda não ter sido possível concretizá-la. Explicou que se trata de um assunto que deve ser resolvido com a Infraestruturas de Portugal, I.P., e que, apesar dos vários projetos apresentados, ainda não foi obtido um parecer favorável. Informou que a E.N. 125 é uma via sujeita a grande pressão de trânsito em Odiáxere e que, sendo uma estrada concessionada, tal facto tem dificultado o processo. Acrescentou que a Câmara Municipal já notificou a Infraestruturas de Portugal, I.P., de que a responsabilidade pelas decisões relativas à E.N. 125 cabe a esta entidade governamental, tendo já sido solicitado o agendamento de uma reunião com o respetivo Conselho de Administração, a realizar caso o próximo projeto para a nova rotunda volte a ser reprovado. Recordou que as obras de requalificação desta estrada foram mal executadas pela concessionária e que os erros continuam por corrigir, situação que está a prejudicar as populações de todo o Concelho. Informou ainda que se tem procurado proceder ao embelezamento das rotundas sob a jurisdição da Infraestruturas de Portugal, I.P., embora sem sucesso, e salientou que a construção desta rotunda é essencial para uma melhor gestão do tráfego, lembrando que será implementada num cruzamento sem semáforos. Concluiu afirmando que, uma vez mais, esta Autarquia se vê obrigada a substituir-se ao Estado, comprometendo-se a apresentar, por escrito, o ponto de situação relativo às moções apresentadas pela Assembleia de Freguesia de Odiáxere.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse partilhar o sentimento expresso pelo eleito da Assembleia de Freguesia de Odiáxere, uma vez que também na Assembleia Municipal tem razões de queixa relativamente à falta de resposta aos requerimentos apresentados pelos vários Grupos Municipais, bem como às diversas propostas aprovadas nesta Assembleia, verificando-se o mesmo problema na relação da Câmara Municipal com os restantes órgãos do Concelho-----

-----A Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Maria Joaquina Matos (PS) respondeu que era, de facto, uma questão que se verificava mas que também houve muitas respostas da Câmara e que o feedback tem sido positivo.-----

-----**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:**

-----Foi dispensada a leitura da correspondência recebida, uma vez que tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, uma listagem da mesma, com os registos sob os números 204/2025 a 277/2025, inclusive.-----

-----Foi dispensada a leitura da correspondência expedida, uma vez que tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, uma listagem da mesma, com os registos sob os números 211/2025 a 293/2025 inclusive.-----

-----**INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

-----Foi apresentado ao Plenário, o seguinte Voto de Louvor, pela Comissão Permanente: “Considerando o empenho, a dedicação e o profissionalismo demonstrados pelos funcionários da Assembleia Municipal no exercício das suas funções; Reconhecendo o contributo essencial destes colaboradores para o





funcionamento eficiente, transparente e democrático desta Assembleia Municipal; Destacando a postura de responsabilidade, competência técnica e espírito de serviço público, especialmente evidenciados na organização das Sessões, das Jornadas de Lagos, da Assembleia da Juventude, das reuniões das Comissões, das comemorações oficiais, entre muitas outras atividades; A Comissão Permanente propõe: A aprovação de um Voto de Louvor a todos os funcionários da Assembleia Municipal de Lagos, como forma de reconhecimento público pelo trabalho meritório que têm vindo a desenvolver em prol desta instituição e da comunidade que ela representa. Recomenda-se ainda que a Câmara Municipal atribua aos referidos funcionários o subsídio de disponibilidade, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 25/2015, de 6 de fevereiro, o qual visa compensar o trabalhador pela sua disponibilidade para a eventualidade de ser chamado a prestar trabalho suplementar, não constituindo uma compensação pela efetiva prestação desse trabalho. Que este Voto seja dado a conhecer aos visados e, para constar, se lavre a presente deliberação em Ata.”-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que ao longo dos 20 anos de eleito local, como membro da assembleia municipal e vereador da Câmara Municipal, foi testemunha do profissionalismo e da abnegação do serviço da Assembleia Municipal, a casa da nossa democracia local. Referiu que deixam este pequeno voto de louvor como um profundo agradecimento ao serviço que tem prestado a todos os dirigentes da Assembleia Municipal que só é possível por causa dos trabalhadores Jorge Silvestre, Alexandra Brito e Luís Santos, mais recentemente. Deixa o profundo reconhecimento por aquilo que têm feito e têm construído ao longo dos anos e que aqui foi testemunha pessoal daquilo que é a qualidade e o desprendimento com que têm trabalhado em prol da democracia local, ao qual agradeceu.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS) referiu que esta é uma moção de todos os partidos da Assembleia Municipal e, sem dúvida nenhuma, é destinada a estes três funcionários. No entanto, não se pode esquecer dos técnicos da Câmara Municipal que vêm apoiar nas tomadas de decisão aos quais agradeceu. Disse que sem dúvida nenhuma que os funcionários mencionados pelo Grupo Municipal do PSD também têm todo o mérito e agradeceu pela postura, pela atitude e pelo empenho com que têm desempenhado as suas funções e, se esta Assembleia está hoje mais funcional a eles se deve.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) explicou que, embora este voto de louvor tivesse sido uma proposta sua, foi rapidamente acolhido por todos. Informou, contudo, que o Vereador do PSD apresentou, atempadamente, outra proposta que não foi contemplada na Ordem de Trabalhos da próxima Reunião de Câmara. Lembrou ainda que, neste órgão, apenas é possível atribuir votos de louvor aos seus próprios funcionários.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira esclareceu que a proposta do Sr. Vereador Pedro Moreira apenas chegou durante o dia corrente e, por isso, não constava na Ordem de Trabalhos para a próxima Reunião de Câmara, no entanto, informou que a mesma foi mandada integrar na Ordem de Trabalhos à qual, certamente, este pedido de alteração da Ordem de Trabalhos deverá ser aprovada por unanimidade e ser discutida na próxima reunião.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) comentou que, se a proposta deu entrada





atempadamente, e não consta na ordem de trabalhos, demonstra que algo correu mal e que a culpa é do Sr. Presidente da Câmara Municipal e dos vereadores com pelouros.-----

-----A Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Maria Joaquina Matos (PS) referiu que era um voto de louvor merecidíssimo à Alexandra Brito, Luís Santos e Jorge Silvestre, que, em boa altura apareceu já em jeito de despedida e, neste momento, estamos todos a agradecer e reconhecer o trabalho exemplar destes funcionários. Sugeriu ainda que este voto de louvor tivesse também a aclamação da Assembleia.---

-----Posto isto, foi colocado a Votação o Voto de Louvor apresentado pela Comissão Permanente.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 112/AM/2025:**

-----**Aprovado**, por unanimidade e aclamação, com 24 votos a favor (OS [Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Duarte Rio, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Jácome, Márcio Viegas, Maria Clara Rato, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Duarte, Maria Manuela Rodrigues, Maria Paula Couto, Natércia Reigada], PSD [Milvia Gonçalves, Nuno Serafim, Rui Araújo], CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], LCF [Cristina Marreiros, Fernando Ildefonso], CHEGA [Paulo Rosário] e BE [David Roque]), o Voto de Louvor apresentado pela Comissão Permanente aos funcionários da Assembleia Municipal.-----

-----Foi apresentada ao Plenário, a seguinte Proposta, pelo Grupo Municipal Singular do CHEGA: “O Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC) aplica-se às autarquias locais, exigindo a implementação de um conjunto de medidas, incluindo a criação de um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR), um Código de Conduta, um Canal de Denúncias e um plano de formação. Este regime é definido pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021, que também criou o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC), o qual supervisiona a aplicação do regime. A Câmara Municipal de Lagos, no seu site referente a esta matéria, não apresenta relatórios de execução disponíveis. Não apresenta datas das revisões indicadas para o PPR e não identifica os responsáveis. O Grupo Municipal do Partido CHEGA entende que o Município de Lagos, com o segundo maior orçamento da região merece ter um cumprimento exemplar nas normas anticorrupção legalmente previstas. Além das obrigações do cumprimento dos procedimentos burocráticos mínimos, também o fomento de iniciativas de fiscalização preventiva e de controlo interno possibilitarão à autarquia uma maior transparência administrativa e uma melhor confiança junto de todos os colaboradores e da população que visa servir. Entendemos que no Município, o sistema de gestão e prevenção de riscos de corrupção será melhor garantido através de um Gabinete de Auditoria Interna e Prevenção da Corrupção, devidamente apetrechado de recursos e poderes suficientes para vigiar a boa Administração Pública ao abrigo do RGPC, incluindo a prevenção de potenciais riscos tais como conflitos de interesses dos órgãos de administração, dirigentes e trabalhadores. Assim, o grupo municipal singular do partido CHEGA propõe que esta Assembleia Municipal, reunida no dia 15 de setembro de 2025, delibere propor à Câmara Municipal de Lagos que: 1 – Por forma a melhorar os índices de transparência e de



Fl. 123v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

cumprimento das normas anticorrupção, institua o Gabinete de Auditoria Interna e Prevenção da Corrupção, devidamente dotado dos meios necessários para as tarefas de fiscalização interna, preventiva ou inspetiva, e competente o bastante para administrar o cumprimento cabal do *Regime Geral da Prevenção da Corrupção* e os instrumentos por este previstos, em particular o Plano de Prevenção da Corrupção, o Canal de Denúncias e o Código de Conduta. 2 – Que este Gabinete dependa hierarquicamente do Presidente ou do Vice-Presidente da Câmara Municipal. 3 – Dar conhecimento da presente deliberação aos órgãos autárquicos do concelho, à comunicação social regional e ao Mecanismo Nacional Anticorrupção.”-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) referiu que esta proposta surge porque, sendo o Município detentor do segundo maior orçamento da região, deve assegurar um cumprimento exemplar das normas anticorrupção legalmente previstas, bem como o cumprimento dos procedimentos burocráticos mínimos. Acrescentou que devem ser fomentadas iniciativas de fiscalização e de controlo interno, que permitirão à Autarquia uma maior transparência administrativa e reforçarão a confiança de todos os colaboradores e da população que serve. Afirmou entender que o Sistema de Gestão e Prevenção de Riscos de Corrupção será melhor garantido com o Gabinete proposto neste documento, o qual deverá estar dotado de recursos e poderes suficientes para vigiar a boa administração pública, atuando ao abrigo da lei, incluindo a prevenção de possíveis conflitos de interesses por parte de dirigentes e trabalhadores.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) questionou o vereador responsável sobre esta matéria se a Câmara Municipal já tem uma auditoria externa em relação a este assunto.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS), respondeu que o Município cumpre integralmente o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) e que já implementou todas as obrigações previstas na Lei n.º 94/2021, de 21 de dezembro, apresentando exemplos. Referiu ainda que esta Autarquia mantém um compromisso inequívoco com a transparência e o combate à corrupção, cumprindo exemplarmente as obrigações do RGPC e implementando medidas que vão além dos requisitos mínimos legais. Agradeceu ao Grupo Municipal Singular do CHEGA a preocupação manifestada nesta matéria e indicou o sentido de voto.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) referiu que esta proposta visa a criação de uma comissão interna que nada acrescentaria, uma vez que não existe um critério de independência que permita conferir rigor a qualquer estudo ou análise que se possa realizar sobre estes casos, e indicou o sentido de voto.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) disse ter ficado confuso com a intervenção do Grupo Municipal do PS e informou que, aquando da elaboração desta proposta, existiam informações a que faltavam alguns detalhes. Referiu não compreender o motivo do voto contra do PS, uma vez que concorda com todos os princípios apresentados, e acrescentou não perceber a falta de confiança nos mecanismos anticorrupção existentes e geridos pela Câmara Municipal, quando o objetivo é precisamente reforçar a capacidade de gestão dos instrumentos já existentes.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) lembrou que no organograma da Câmara Municipal



prevê-se um gabinete de auditoria que não está instituído.-----  
-----Posto isto, foi colocada a votação a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do CHEGA, obtendo o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
<b>VOTOS A FAVOR</b>	0	0	0	0	1	0	<b>1</b>
<b>ABSTENÇÕES</b>	0	3	0	2	0	0	<b>5</b>
<b>VOTOS CONTRA</b>	15	0	2	0	0	1	<b>18</b>

-----**DELIBERAÇÃO N.º 113/AM/2025:**

-----**Reprovada**, por maioria, com 18 votos contra (15 do PS [Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Duarte Rio, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Jácome, Márcio Viegas, Maria Clara Rato, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Duarte, Maria Manuela Rodrigues, Maria Paula Couto, Natércia Reigada], 2 da CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire] e 1 do BE [David Roque]), 1 voto a favor do CHEGA (Paulo Rosário) e 5 abstenções (3 do PSD[Milvia Gonçalves, Nuno Serafim, Rui Araújo] e 2 da LCF [Cristina Marreiros, Fernando Ildefonso]), a proposta apresentada pelo Grupo Municipal Singular do CHEGA por um Gabinete de Auditoria Interna e de prevenção à Corrupção.-----

-----Foi apresentada ao Plenário, a seguinte Proposta, pelo Grupo Municipal Singular do CHEGA: “Numa altura de crescente descaracterização do tecido comercial das cidades, fruto da pressão turística, da gentrificação e da imigração recente, urge valorizar a identidade do tecido comercial tradicional. E se feita sob a forma de impulso na economia circular gera apoio aos consumidores e aos empresários locais. Vários municípios do país implementam sistemas de vales (“*vouchers*”), entregues a segmentos da população como a população idosa, população desfavorecida ou as crianças em idade escolar. A título de exemplo, o município vizinho de Portimão, com mais população e menor capacidade financeira que Lagos, mantém no período pré-natalício a campanha “*Vale Escolas*”, atribuindo a todos as crianças um conjunto de vales para compras nas lojas aderentes do comércio tradicional. Numa vertente social, o município de Lagos tem cada vez mais incrementado a sua oferta de cabazes alimentares à população mais desfavorecida, atualmente atribuídos sob a forma de cartão para compras numa grande superfície. O Partido CHEGA defende um procedimento diferente, e que ao invés de se pagar a uma grande superfície para fornecer bens alimentares à população mais desfavorecida, este tipo de apoio social deva ser um instrumento mais eficiente para a comunidade, sob a forma de vales “*vouchers*”, para uso nas lojas do nosso comércio tradicional. Também os habituais cabazes de natal entregues aos funcionários/colaboradores podem ser substituídos por um sistema de vales, cujas poupanças de logística poderiam permitir incrementar o valor atribuído. Assim, o grupo municipal singular do partido CHEGA propõe que esta Assembleia Municipal, reunida no dia 15 de setembro de 2025, delibere propor à Câmara Municipal de Lagos que: 1 – Por forma a impulsionar a economia circular e a vitalidade do tecido comercial tradicional, adote as seguintes medidas: 1.1 - Substitua faseadamente o atual sistema de cabazes alimentares sociais por um



Fl. 124v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

sistema de vales de desconto em compras de mercadorias adquiridas nos mercados municipais e lojas do comércio tradicional. 1.2 – Substitua todos os habituais cabazes de natal por vales deste tipo, em valor equivalente ou superior, para utilização nos meses de Dezembro e Janeiro. 1.3 – Considere implementar no período pré-natalício uma oferta universal “Vale Família”, com vales deste tipo destinados a todas as crianças do concelho que estabelecimentos do ensino básico. 2 – Para o efeito, seja feito o devido levantamento das bancas e dos estabelecimentos considerados elegíveis como “comércio tradicional”, com sede social no concelho e com pelo menos dez anos de atividade, devendo as mercadorias elegíveis contemplar apenas bens transacionáveis com exclusão de bebidas alcoólicas, tabaco e similares, e outras exclusões que se considere adequadas. 3 – Dar conhecimento da presente deliberação aos órgãos autárquicos do concelho, às associações de comerciantes do concelho e à comunicação social regional.”-----

-----A Sra. Maria João Batista (PS) referiu que o Município tem vindo a trabalhar no sentido de apoiar as famílias. Sublinhou que os apoios sociais devem existir e ser devidamente fiscalizados e que, com esta proposta, seria necessária burocracia adicional, implicando maiores custos e maior dificuldade na sua fiscalização. Acrescentou que a proposta não assegura a mesma abrangência nem a igualdade dos apoios atualmente existentes, verificando-se que apenas os comerciantes mais antigos seriam abrangidos, não existindo equidade. Considerou ainda que este documento limitaria a liberdade de escolha dos beneficiários, bem como a gestão dos apoios. Referiu que este sistema paralelo exigiria mais recursos municipais e colocaria em causa os apoios em vigor. Indicou o sentido de voto e explicou que a prioridade deve ser o apoio às famílias e aos cidadãos com igualdade e equidade, em vez de se criarem mecanismos que, sob o pretexto de apoiar o comércio local, introduziriam desigualdades, limitações e custos adicionais para o Município.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) respondeu que as pessoas passariam a ter maior liberdade de escolha, deixando de estar restritas a uma única entidade, uma vez que a existência de uma rede de estabelecimentos permitiria alargar as opções. Lembrou ainda que existe uma diferença entre comércio local e comércio tradicional. Relativamente à sustentabilidade, referiu que são apresentadas várias propostas destinadas a melhorar a eficiência e a eficácia, em termos de custos, das medidas e dos serviços da Câmara. Acrescentou que esta proposta implica a criação de um novo sistema que, naturalmente, exige recursos e a realização de um concurso de grande dimensão, mas que facilitaria a gestão e permitiria aumentar os cabazes de família. Concluiu referindo que se propõe um sistema completamente alternativo, que compensaria a economia local através do envolvimento dos comerciantes, os quais também beneficiariam destas medidas.-----

-----O Sr. David Roque (BE) referiu que não se trata de uma proposta clara, uma vez que mistura dois conceitos distintos: o da segurança e do apoio social com um conceito mais cultural de preservação da identidade comercial da cidade. Acrescentou que deveria tratar-se de um programa específico de apoio ao comércio tradicional, sendo necessário definir previamente o conceito de comércio tradicional, à semelhança do que já acontece noutras localidades. Lamentou ainda que o documento misture os conceitos de apoio ao comércio com os apoios sociais,



considerando que é nesse aspeto que a proposta falha.-----  
-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) lembrou que, em sede de reunião da Comissão Permanente, por uma questão de princípio, não iriam apresentar propostas para esta Sessão. Acrescentou que este documento deveria ser analisado na Comissão Permanente, aconselhando a que o mesmo baixasse a essa Comissão e fosse posteriormente avaliado pelo plenário da Assembleia Municipal do próximo mandato autárquico, tendo indicado o sentido de voto.-----  
-----A Sra. Maria João Batista (PS) explicou que o modelo atual foi definido através de um concurso público e tem a garantia de ser o preço mais baixo nos bens essenciais. Lembrou que o Município de Lagos já promove o comércio tradicional, em parceria com a ACRAL onde o estimula através de vales, como acontece no período natalício e que, desta forma, não há a necessidade de alterar o plano atual.---  
-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) lembrou o que se passou com os vales para o Cineport, realizado em 2006, que levou a que nos cinco anos seguintes houvesse o Plano de Apoio à Economia Local e um Plano de Ajustamento Financeiro. Concordou com a Sra. Membro da Assembleia Maria João Batista, do Grupo Municipal do PS, que este tipo de medidas devem ter a garantia de que funcionam e não tenham utilizações divergentes para que não se repitam erros do passado.-----  
-----O Sr. Márcio Viegas (PS) lembrou que o PS tem uma política concreta de apoio às famílias lacobrigenses, não sendo essa a matéria em discussão, nem o comércio local nem o apoio às famílias, mas sim a economia circular, um conceito associado à sustentabilidade ambiental e à eficiência económica e social. Considerou que a proposta revela uma profunda ignorância, uma vez que a economia circular se relaciona com a reutilização, o reaproveitamento, a redução dos consumos e a sustentabilidade ambiental, não contribuindo em nada para os apoios sociais.-----  
-----A Sra. Cristina Marreiros (LCF) indicou o sentido de voto e referiu concordar com a posição apresentada pelo Grupo Municipal singular do BE. Lembrou que os cabazes atribuídos se destinam às famílias que efetivamente apresentam carências e que, nesta proposta, falta consistência, uma vez que se passa a dar voz a todos. Manifestou concordância com a intervenção do Sr. Membro da Assembleia Márcio Viegas, acrescentando que se perderia muito tempo até se clarificar se se está a falar de comércio tradicional, comércio local ou economia circular. Relativamente ao comércio tradicional, distinto do comércio local, afirmou que, ao analisar o setor, se conclui que existem muito poucos estabelecimentos que cumpram todos os requisitos para integrar este sistema. Salientou ainda que a economia circular pretende intervir sobre o que já existe, incentivando os lacobrigenses a consumir produtos do Concelho e levando os consumidores, de forma indireta, a suportar os custos dessa produção, contribuindo assim para o desenvolvimento da economia.----  
-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) disse ter esperança de que as coisas melhorem e de que se aprenda com os erros do passado [CINEPORT], afirmando que não é por aí que não devam haver novas propostas de vales. Acrescentou não compreender aquilo que designou por “cegueira ideológica das esquerdas” e afirmou não entender como não se reconhece que a vertente social pode e deve contar com o contributo da comunidade, em vez de ficar dependente de concursos públicos que definem





Fl. 125v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

uma grande empresa para distribuir os cartões de apoio, quando seria possível permitir a participação direta das pessoas no apoio às famílias carenciadas.-----

-----A Sra. Maria João Batista (PS) agradeceu ao Sr. Membro da Assembleia Nuno Serafim, do Grupo Municipal do PSD, o reconhecimento de que o sistema de cartões é significativamente mais adequado do que o dos vales, por conferir maior dignidade aos seus beneficiários. Referiu que este modelo permite às famílias escolher, de forma livre e autónoma, os produtos que melhor se adequam às suas necessidades, assegurando simultaneamente a confidencialidade e a preservação da dignidade dos beneficiários, o que não estaria garantido de outra forma.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) referiu que o objetivo é ter uma cidade mais forte, um comércio mais livre e cidadãos com maior capacidade de intervenção. Agradeceu a intervenção da Sra. Membro da Assembleia Maria João Batista e questionou a razão de não existirem mais estabelecimentos aderentes, de forma a permitir que os beneficiários pudessem utilizar os vales atribuídos pela Câmara Municipal, indo assim mais ao encontro do espírito da proposta, conforme referido por vários Grupos Municipais. Acrescentou que, neste âmbito, se deveria pensar enquanto comunidade e proceder a uma análise que abrangesse todos os tipos de comércio, permitindo o alargamento desta rede e proporcionando aos cidadãos uma maior liberdade de escolha.-----

-----A Sra. Maria João Batista (PS) respondeu que essa era uma ideia já acolhida pelo Município e que resultou de um concurso público pensado com base nos bens essenciais e na atribuição de autonomia às pessoas, permitindo-lhes gerir com dignidade as suas necessidades, sendo este o tipo de ação que se espera por parte dos Municípios.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) lembrou que, sempre que é aberto um concurso, se gasta cerca de 600.000,00 € (seiscentos mil euros), questionando quais as implicações dessa despesa para o comércio local. Referiu ainda que este assunto deve ser devidamente ponderado, devendo ser analisados todos os prós e contras desta medida, de forma a evitar a concentração dos apoios numa única entidade.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS), reconheceu o trabalho desenvolvido pelos funcionários afetos à secção de Ação Social ao longo dos anos, salientando que, neste mandato, se verificou uma evolução significativa, com a passagem dos cabazes para os cartões. Recordou que esta medida resultou de um concurso público e sublinhou que, na Administração Pública, todos os procedimentos exigem concurso, ao contrário do que sucede no setor privado. Explicou ainda o modo como este processo decorre e lembrou que, para beneficiar deste apoio, é necessário cumprir todas as regras legalmente estabelecidas.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) lembrou que existem outros Municípios que optaram por modelos de gestão distintos, nos quais o valor é atribuído, por exemplo, a uma associação local que, em articulação com o sistema social da respetiva Câmara Municipal, procede à sua distribuição pelos comerciantes aderentes.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS), questionou onde é que, neste documento, se faz referência a associações,





afirmando que apenas se fala na atribuição por parte do Município e que, dessa forma, teria sempre de existir um concurso público. Lembrou ainda que este assunto não poderia ser tratado pela Assembleia nesta reunião.-----

-----O Sr. David Roque (BE) referiu que a falta de clareza da proposta levou a que a discussão se tornasse circular, uma vez que, em vez de se debater o comércio tradicional, se discute apenas a questão dos vales. Considerou que o comércio local necessita de medidas robustas e defendeu que as lojas históricas devem ser classificadas e dispor de sistemas de apoio direto atualmente inexistentes. Manifestou concordância com a posição do Sr. José Manuel Freire, do Grupo Municipal da CDU, no sentido de que o assunto deveria baixar a uma Comissão, de forma a ser reorientado, sublinhando a relevância do tema para a Assembleia Municipal.-----

-----Posto isto, foi colocada a votação a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal Singular do CHEGA, obtendo o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
<b>VOTOS A FAVOR</b>	0	0	0	0	1	0	<b>1</b>
<b>ABSTENÇÕES</b>	0	3	2	2	0	0	<b>7</b>
<b>VOTOS CONTRA</b>	15	0	0	0	0	1	<b>16</b>

-----**DELIBERAÇÃO N.º 114/AM/2025:**

-----**Reprovada**, por maioria, com 16 votos contra (15 do PS [Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Duarte Rio, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Jácome, Márcio Viegas, Maria Clara Rato, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Duarte, Maria Manuela Rodrigues, Maria Paula Couto, Natércia Reigada] e 1 do BE [David Roque]), 1 voto a favor do CHEGA (Paulo Rosário) e 7 abstenções (3 do PSD [Milvia Gonçalves, Nuno Serafim, Rui Araújo], 2 da CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire] e 2 da LCF [Cristina Marreiros, Fernando Ildefonso]), a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal Singular do CHEGA “Preservar o comércio tradicional em Lagos com “Vale Família””.-----

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----Sem que tenha sido alvo de quaisquer intervenções, foi colocada a votação a Ordem do Dia.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 115/AM/2025:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, com 24 votos a favor (PS[Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Duarte Rio, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Jácome, Márcio Viegas, Maria Clara Rato, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Duarte, Maria Manuela Rodrigues, Maria Paula Couto, Natércia Reigada], PSD [Milvia Gonçalves, Nuno Serafim, Rui Araújo], CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], LCF [Cristina Marreiros, Fernando Ildefonso], CHEGA [Paulo Rosário] e BE [David Roque]), a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

-----**PONTO 1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa,



Fl. 126v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-698-10.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) congratulou a Câmara Municipal pela intervenção no Forte Ponta da Bandeira e questionou quais as intervenções previstas para aquele monumento. Relativamente às viaturas de serviço do executivo, questionou se as mesmas têm autorização para circular para fins pessoais ou outros fins, ou se são exclusivamente destinadas ao serviço municipal. Referiu que os furtos e a delinquência continuam, apesar do óbito de um dos prevaricadores, e questionou qual o ponto de situação das câmaras de videovigilância. Sobre a área da saúde, questionou se o procedimento para as obras no Centro de Saúde, que ficou extinto, se deveu à falta de concorrentes e se estava previsto o lançamento de um novo procedimento para dar continuidade às mesmas. Relativamente ao Hospital Terras do Infante, questionou se já existiam informações sobre a renovação do contrato de arrendamento, que expirará no próximo mês de novembro. No âmbito da habitação, questionou se o IHRU já respondeu ou libertou algum financiamento desde a Sessão Ordinária de junho de 2025 da Assembleia Municipal. Por fim, relativamente ao novo ano letivo, questionou quantas turmas existem a mais face ao ano anterior, como está a decorrer o início do ano letivo com as obras de ampliação da Escola EB 2,3 das Naus e quais as medidas em desenvolvimento para combater o problema da sobrelotação das escolas.-----

-----O Sr. Presidente da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João, Duarte Rio (PS), afirmou considerar que, durante o mandato, cumpriram aquilo que era a sua obrigação, embora tenham ficado muitos sonhos por concretizar, manifestando, no entanto, a convicção de que estes poderão vir a ser realizados. Recordou que o caminho se faz caminhando e que, ao longo do tempo, permanecem as ideias e todo o esforço desenvolvido em prol das infraestruturas, com vista à melhoria das condições existentes. Manifestou a expectativa de que as próximas Juntas de Freguesia de Bensafrim e de Barão de S. João deem continuidade ao trabalho já realizado. Relativamente à extensão do Centro de Saúde de Bensafrim, referiu que, desde a saída da médica, apenas é possível ter médico de família uma vez por semana e que, no caso da extensão de Barão de S. João, deixou de existir o serviço de medicina. Agradeceu à enfermeira e à funcionária administrativa desta extensão e lembrou que a população das freguesias rurais está envelhecida, acrescentando que, atualmente, cerca de trezentos utentes passaram do Centro de Saúde de Bensafrim para Lagos. Alertou que, caso esta situação se mantenha e não seja revertida, existe o risco de encerramento do Centro de Saúde de Bensafrim. No que respeita à habitação, reconheceu tratar-se de um problema premente, mas sublinhou que deve ser devidamente planeada, defendendo que não se pode “despejar” pessoas nas freguesias rurais. Referiu que Bensafrim já se encontra sob forte pressão, com impacto negativo na sua gestão, sendo necessário pensar numa estrutura que permita absorver novos residentes. Solicitou ainda que fosse melhor ponderada a construção de fogos no Largo, defendendo que este espaço não deve ser sufocado por habitação, por constituir o cartão de visita e o principal ponto social da vila. Recordou que, para esse local, estava prevista a construção da nova



sede da Junta de Freguesia de Bensafrim, sendo igualmente um espaço adequado para a realização de eventos, por dispor de uma boa zona de estacionamento e facilitar o acesso aos serviços públicos aí sediados.-----

-----A Sra. Cristina Marreiros (LCF) congratulou a Câmara Municipal pela intervenção realizada no Forte Ponta da Bandeira e pela intervenção prevista na Igreja de S. Sebastião. Referiu que se realizaram vários eventos culturais, mas que as visitas aos equipamentos apresentam valores muito baixos quando comparados com anos anteriores. Relativamente ao estacionamento na Ponta da Piedade, informou que muitos veículos estacionam indevidamente no parque destinado aos autocarros, o que obriga estes a bloquear as entradas para a largada de passageiros, acrescentando que, mesmo após contacto com as autoridades, não têm sido tomadas medidas. Quanto à situação da saúde em Barão de S. João, referiu que, desde novembro de 2023, a população se encontra sem médico de família. Por último, alertou para a forte pressão na habitação, decorrente da procura por trabalhadores em regime remoto, salientando que, em Bensafrim, a rede de comunicações não chega a todo o território, defendendo que o Município ou a Junta de Freguesia devem investir para ultrapassar esta situação.-----

-----Esta intervenção teve a apresentação dos seguintes diapositivos:



-----O Sr. Presidente da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João, Duarte Rio (PS), respondeu que a fibra ótica não chega através de propostas, lembrando que se trata de uma preocupação comum. Explicou que é necessária a construção das infraestruturas adequadas para esta tecnologia e informou que a



Fl. 127v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Câmara Municipal está a criar as condições necessárias para facilitar a chegada da fibra ótica às freguesias rurais.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) referiu que, tanto no caso da rotunda de Odiáxere como noutras situações de obras inacabadas, a situação é uma vergonha, sublinhando que, nos últimos oito anos, os problemas se mantêm inalterados. Indicou a existência de uma zona pedonal onde um candeeiro se encontra partido, referiu que na Rua do Ramalhete persiste o problema do piso, utilizado diariamente por viaturas e peões, e lembrou que, na Praia da Luz, existem arbustos a ocupar o passeio, colocando em risco a segurança dos peões. Relativamente à obra na estrada da Luz, afirmou não se compreender a razão pela qual a mesma ainda não foi concluída, nem a inexistência de passeios para peões, defendendo que deveria ser promovido diálogo com o promotor da obra para a cedência de uma parcela de terreno destinada à sua construção. Relativamente aos obstáculos nos passeios, referiu que, para além do rebaixamento das passadeiras, a situação se mantém inalterada, continuando a dificultar a mobilidade das pessoas com mobilidade reduzida. Quanto à inexistência de uma passadeira junto ao Centro Escolar da Luz, referiu que esta continua por implementar, obrigando as crianças a atravessar fora da passadeira. Mencionou ainda que o parque infantil inclusivo para a Luz, aprovado por unanimidade na Assembleia Municipal, continua por concretizar. Sobre o Centro Histórico, recordou que, apesar de estar a ser estudado há muito tempo, continua desordenado e, por vezes, ocorrem acidentes. Questionou quais são as prioridades do Sr. Presidente da Câmara Municipal, tendo em conta o investimento de meio milhão de euros em três esculturas, o que gerou polémica. Concluiu congratulando a equipa de Educação e Cultura pelas excelentes atividades desenvolvidas nestas áreas ao longo do presente mandato autárquico.-----

-----Esta intervenção teve por base os seguintes diapositivos:



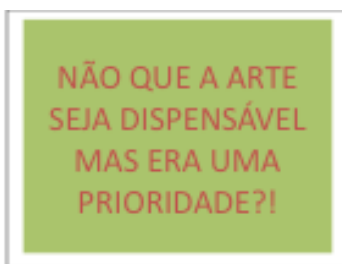






Fl. 128v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS



-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere, Carlos Fonseca (PS), começou por agradecer a intervenção do Sr. Fernando Bernardo, no Período de Intervenções do Público, por ter trazido as preocupações quer da Assembleia de Freguesia quer da Junta de Freguesia de Odiáxere, salientando que a grande maioria das propostas apresentadas foi votada por unanimidade e é considerada prioritária por todos os odiáxerenses. Relativamente à rotunda de Odiáxere, esclareceu que não se trata de uma competência da Câmara Municipal, tendo, contudo, constituído um grande desafio, não sendo ainda possível avançar com a sua concretização. Referiu que algumas ruas necessitam de intervenção e que a questão do Mercado do Gado não depende exclusivamente da Junta de Freguesia, mas também da Direção-Geral de Veterinária, entidade que rejeitou a proposta apresentada. Informou que as respetivas moções foram enviadas à Câmara Municipal e que tem conhecimento de que os assuntos estão a ser acompanhados, embora não com a brevidade desejada. Acrescentou que a resolução da falta de água em Arão e no Vale da Lama se encontra em fase de elaboração de projeto, perspetivando-se a sua concretização no próximo mandato.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) questionou se a Câmara Municipal irá, até ao final do mandato, responder a todos os requerimentos pendentes, bem como a todas as propostas aprovadas pela Assembleia Municipal. Relativamente à manutenção das viaturas municipais, questionou qual a justificação para existirem 206 processos de recuperação de viaturas. No que respeita às papeleiras inteligentes, referiu que estas permitem a monitorização do momento em que devem ser esvaziadas e questionou se esta tecnologia também será aplicada aos contentores distribuídos pela cidade. Relativamente ao concurso público para os 104 fogos, solicitou o ponto de situação, bem como do projeto financiado pelo PRR no Chinicato.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) solicitou o ponto de situação do empréstimo a longo prazo no valor de 25.000.000,00 € (vinte e cinco milhões de euros); referiu que, até ao final de agosto, estavam com uma execução de 9.000.000,00 (nove milhões de euros) o que demonstra uma execução de menos 10.000.000,00 € (dez milhões de euros) face ao ano anterior, o que se traduz em apenas 12% de execução;





relativamente ao projeto de construção do Edifício Sustentável, redução energética e gestão de energia nas áreas de acolhimento empresarial questionou o porquê de existir uma equipa multidisciplinar se até ao momento ainda não demonstrou qualquer atividade que tem um coordenador que auferir um salário equiparado a um diretor de departamento.-----

-----A Sra. Maria João Batista (PS), relativamente à habitação, referiu que muito podia ter sido feito caso os processos não fossem tão burocratizados, o que os torna em processos demorados, disse que muito foi feito e que este problema é uma das grandes prioridades do Município de Lagos congratulando o executivo. Lembrou que não se tem pensado apenas nas famílias mais necessitadas mas também nos mais jovens e nos profissionais essenciais para se criar respostas a esta crise habitacional que estamos a viver. Disse ainda que preferiam que o processo já estivesse mais avançado e lembrou que o Município não esteve parado e encontrou soluções para as falhas com os fundos do PRR contratando um empréstimo de 25.000.000,00 € (vinte e cinco milhões de euros) para que se pudesse continuar com as obras, recordou que esta Autarquia adquiriu um terreno para a construção de 500 fogos para venda a custos controlados lembrando que, atualmente, Lagos tem a sua Estratégia Local de Habitação, bem como a Carta Municipal da Habitação. Referiu que os regulamentos para o acesso à habitação estão disponíveis para todos demonstrando a confiança e a transparência necessários no processo. Disse ainda que o trabalho realizado demonstram coragem e visão e lembrou que se deve agir no presente para se projetar o futuro apoiando-se as famílias, os jovens e os profissionais. Referiu ainda que o PS reafirma a sua confiança no executivo por verificar que é dignidade, é futuro, é coesão social, é habitação para todos como prioridade deste Município.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) questionou qual a intenção da Câmara Municipal quanto à abertura de novos procedimentos, uma vez que os concursos relativos à Escola Conde Ferreira e ao Centro de Saúde ficaram desertos. Relativamente à habitação, lembrou que, em devido tempo, o Grupo Municipal da CDU apresentou nesta Assembleia, durante um debate sobre o estado do Município, que, nos últimos dez anos, foram prometidos nove fogos na Cerca do Cemitério e mais oito fogos para Bensafim, existindo atualmente apenas mais doze fogos, o que demonstra um resultado parco face às necessidades. Salientou que o número de fogos previstos é insuficiente perante as carências identificadas e considerou que, face às projeções da Carta Municipal da Habitação, se perdeu uma grande oportunidade para resolver este problema que afeta os lacobrigenses. No que respeita à Saúde, lembrou que as extensões do Centro de Saúde continuam a ter falta de médicos, sendo que uma delas encerra, inclusivamente, de quinze em quinze dias, defendendo que se deve insistir junto do Poder Central e da Unidade Local de Saúde do Algarve para que tomem uma posição que resolva os problemas das populações das freguesias rurais, recordando ainda que a Assembleia Municipal já se pronunciou anteriormente sobre esta matéria.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, respondeu que, relativamente ao Forte Ponta da Bandeira, após um ano de espera por uma vistoria e



mais seis meses pela emissão de parecer favorável e respetiva autorização, foi possível avançar com a intervenção atualmente em curso. Esclareceu que, nesta primeira fase, se pretende resolver os problemas existentes na frente virada ao mar, aos quais se acrescentou recentemente uma nova patologia. Informou ainda que existe um projeto em desenvolvimento e que, com o objetivo de avançar para uma reabilitação mais ampla do Forte, foram realizadas reuniões com a Marinha, visando igualmente a elaboração de um projeto museológico que permita a criação de uma nova exposição naquele equipamento. Relativamente à situação dos molhes, explicou que esteve recentemente em Lagos o Sr. Secretário de Estado das Pescas, que assumiu o compromisso de resolver o processo, tendo sido solicitado que, caso não fossem efetuadas as correções necessárias, fosse pelo menos autorizada a sua realização. Recordou que a intervenção nos molhes é da responsabilidade da Direção-Geral dos Recursos Naturais e que, apesar das dificuldades de comunicação com esta entidade, já foi lançado um concurso para o desassoreamento, tendo a anterior administração garantido que, em simultâneo, seria lançado um concurso para a retificação dos molhes. Referiu ainda que, à data, foi equacionada a possibilidade de criação de um quebra-mar para impedir a entrada de areias na ribeira de Bensafrim e para tratar o buraco existente no molhe, o qual se tem agravado devido às condições climáticas. Quanto às viaturas de serviço, esclareceu que as mesmas são utilizadas exclusivamente para fins de serviço. Relativamente à videovigilância, informou que a situação se mantém inalterada, encontrando-se a aguardar a respetiva autorização. Sobre os furtos, referiu que ocorrem de forma pontual, acrescentando que um dos prevaricadores faleceu e que o indivíduo responsável por partir vidros foi detido na manhã de 15 de setembro e presente a juiz. No que respeita ao novo Centro de Saúde, informou que o concurso público ficou deserto, tendo sido extinto, regressando o processo à área financeira e ao projetista para atualização do valor base, prevendo-se a sua apresentação na próxima Reunião de Câmara, de forma a permitir a abertura de novo concurso com o valor ajustado. Esclareceu ainda que a reabilitação do Centro de Saúde se encontra na primeira fase e será igualmente apreciada na próxima Reunião de Câmara. Relativamente ao Hospital Terras do Infante, afirmou que a renovação do contrato está garantida, prevendo-se a sua renovação em novembro de 2026. No que respeita à habitação, informou que os projetos de execução se encontram aprovados, explicando que o anteprojeto define o valor base que segue a concurso, sendo a empreitada adjudicada ao vencedor, ficando este apenas obrigado a concluir as peças do projeto de execução. Indicou que, no caso dos 104 fogos da CHESGAL, estava agendada reunião para o dia 16 de setembro, prevendo-se a assinatura do contrato até ao final da semana e o início da empreitada até ao final do mês, apesar do atraso de cerca de um ano devido à espera por respostas relativas aos fundos comunitários. Relativamente ao IHRU, informou que continua sem resposta, explicando que os Municípios com capacidade de endividamento recorrem a fundos próprios ou à banca, enquanto os restantes aguardam definição do programa de financiamento. Acrescentou que o Município teve de garantir a afetação de 19.000.000,00 € (dezanove milhões de euros) ao procedimento e que já foi possível reabilitar mais de cinquenta habitações, existindo atualmente cerca de 260 fogos construídos.



Informou ainda que aguardam o relatório de adjudicação em Santo Amaro e que existem quatro propostas em condições de adjudicação, estando todos os fogos previstos já adjudicados. Quanto ao arranque do Ano Letivo, informou que foram abertas mais duas salas de educação pré-escolar, esclarecendo que inicialmente estava prevista a abertura de apenas uma, tendo o Ministério da Educação proposto a abertura de uma segunda. Acrescentou que foram igualmente abertas mais duas salas para o 1.º Ciclo, explicando que, devido ao aumento de alunos com necessidades educativas especiais e ao fluxo migratório, foi necessário reduzir a dimensão das turmas, aumentando a pressão sobre os estabelecimentos de ensino. Relativamente à Escola das Naus, informou que a empreitada decorre conforme o previsto, iniciando-se as atividades letivas na semana seguinte, funcionando as aulas em monoblocos, tendo as aulas de Educação Física sido transferidas para o Complexo Desportivo Municipal, estando assegurado o transporte dos alunos. No que respeita às extensões do Centro de Saúde de Barão de S. João e de Bensafrim, referiu que a situação é preocupante, mas que, após insistência junto do Ministério da Saúde, foi possível colmatar cerca de 50% da falta de médicos. Esclareceu que não estava prevista a saída de utentes do Centro de Saúde de Lagos e que existiu o compromisso de reforço do número de médicos, estando o Município a reabilitar uma habitação para residência funcional, com vista a atrair médicos para o concelho. Relativamente à habitação em Bensafrim, confirmou que irá avançar a construção de habitação no Largo do Mercado, bem como a instalação da nova sede da Junta de Freguesia, esclarecendo que as primeiras casas atribuídas se destinam a pessoas já residentes em Bensafrim e em condições habitacionais precárias. Reiterou que o objetivo da Estratégia Local de Habitação é alojar as pessoas onde for possível, não sendo previsível que todos os concursos se destinem à mesma localidade. Quanto à Igreja de S. Sebastião, informou que aguardam a decisão do proprietário quanto ao futuro do edifício, dando exemplos de outras igrejas do concelho que não pertencem ao Estado, referindo como exemplo de inação estatal o antigo edifício da Guarda Fiscal. Relativamente ao estacionamento na Ponta da Piedade, esclareceu que existe sinalização reservada a autocarros, sob jurisdição da PSP, tendo sido efetuadas ações de fiscalização nesse próprio dia, com remoção de viaturas. Informou que são aplicadas diariamente coimas pela PSP e pela Polícia Municipal e que está a ser estudada uma solução para o problema. No que respeita à instalação de fibra ótica nas freguesias rurais, informou que se encontra praticamente adjudicado o investimento de 1.000.000,00 € (um milhão de euros), tendo sido antecipado face à demora do Ministério da Administração Interna na autorização da videovigilância. Explicou que a fibra terá dupla função, servindo a videovigilância e a distribuição de rede Wi-Fi no concelho, acrescentando que, nas freguesias rurais, se optou pela transmissão aérea, evitando intervenções na E.N. 120. Relativamente à Rua da Várzea e à Travessa do Ramalhete, informou que existe um projeto de grande dimensão que teve de ser ajustado, prevendo-se o seu avanço em breve. Quanto aos passeios, esclareceu que a sua execução é condicionada por desníveis criados aquando da construção da estrada, sendo necessária uma ligação prévia à cota inferior, o que não tem sido prioritário face à baixa densidade populacional.



Fl. 130v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Sobre a passeadeira junto ao Centro Escolar da Luz, afirmou que dificilmente será executada naquele local por razões de segurança. Relativamente à obra parada na estrada da Luz, informou que o Município tem pressionado o promotor, esclarecendo que a intervenção envolve escavações profundas e uma ligação estruturante entre Lagos e a Luz, reconhecendo que a situação se prolonga há demasiado tempo. Quanto ao contrato de empréstimo, informou que se encontra em fase final de assinatura. Relativamente à equipa multidisciplinar, explicou que o projeto foi inicialmente equacionado, mas acabou por ser desativado, não excluindo a sua futura criação, nomeadamente para avaliação energética de edifícios em articulação com a AREAL. Relativamente aos requerimentos sem resposta, esclareceu que todos os pedidos são remetidos aos serviços competentes e enviados à Assembleia à medida que vão sendo respondidos. Sobre os contentores, informou que está em fase experimental o sistema de papeleiras inteligentes, não existindo, para já, razões de queixa, sendo posteriormente avaliada a viabilidade do investimento. Por fim, relativamente à habitação, informou que faltam apenas dois fogos para adjudicação e que, no caso da CHESGAL, a construção se iniciará nos próximos dias, acrescentando que o projeto do Parque Industrial está em execução, com um investimento já realizado de 1.000.000,00 € (um milhão de euros), e que os processos relativos às viaturas municipais correspondem a reparações de diversa natureza.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) lembrou que a ULS Algarve tem apostado significativamente em Lagos, nomeadamente com a criação da nova Unidade de Saúde Familiar Lacóbriga, referindo que, apenas no fim de semana anterior, estiveram cinco médicos de serviço, o maior número registado nas últimas décadas. Acrescentou que o Ministério da Saúde e o Governo criaram no Concelho condições que nunca antes existiram. Relativamente ao Hospital Terras do Infante, recordou que existe um entendimento entre a Unidade Local de Saúde do Algarve e o proprietário do edifício para a renovação do contrato, a qual será concretizada em tempo útil. Salientou que o Estado tem tido uma presença cada vez mais significativa no Algarve, bastando observar o investimento realizado na região para o comprovar, dando vários exemplos. Recordou ainda que Lagos teve uma grande projeção nacional aquando das celebrações do 10 de Junho de 2025. Manifestou a expectativa de que a Câmara Municipal venha a fazer mais e melhor, desejando que os serviços municipais consigam identificar e responder às necessidades da população. Concluiu afirmando esperar que o próximo executivo municipal responda às necessidades cada vez mais prementes, sublinhando que todas as questões são importantes e que a Câmara Municipal deve ser o agente central na resolução dos problemas da comunidade.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) lembrou que o Sr. Presidente da Câmara tem à sua disposição o direito de usar o direito da expropriação, para a qual tem toda a legitimidade, visando fins públicos, podendo utilizar este mesmo direito para a finalização desses passeios em falta. Sobre investimentos, disse que ficou bem claro que a prioridade do executivo foi o de investir meio milhão de euros em esculturas de rua em vez de se gastar em obras necessárias e essenciais, como a de remoção dos obstáculos nos passeios; finalização de zonas pedonais, parques infantis



inclusivos, etc. Não que se esteja contra o investimento na cultura, o qual deve merecer toda a nossa atenção, mas apenas porque, havendo condicionamentos financeiros e opções a fazer, a gestão dos dinheiros públicos deve ser canalizada para dar prioridade às necessidades essenciais que estão por cumprir no nosso município. Sobre a intervenção na Escola das Naus referiu que o projeto de requalificação não irá alterar a capacidade que a escola tem atualmente, o que leva a concluir que, apesar do investimento inicialmente previsto de cerca de 16.000.000,00 € (dezasseis milhões de euros), daqui a poucos anos se fique com o mesmo problema de sobrelotação, lembrando que, com a alteração da lei dos solos, se poderia vir a converter um terreno rústico para a construção de uma nova escola básica e questionou se o Sr. Presidente já teria pensado num terreno para esse fim recomendando que use parte do terreno adquirido por 9.000.400,00 € (nove milhões de euros e quatrocentos mil euros) destinado a habitação a custos acessíveis, convertendo uma parte para fins escolares. Sobre os requerimentos enviados ao Executivo ao longo do mandato, constatou que foram muito poucos os requerimentos respondidos ao Grupo Municipal da LCF, o que dificultou significativamente o trabalho da oposição por ter falta de informação, recomendando ao chefe do Executivo que cumpra os prazos previstos na Lei no próximo mandato.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) solicitou que a lista dos requerimentos fosse enviada para a Câmara Municipal para que pudessem perceber quantos requerimentos estavam a aguardar resposta; questionou o porquê do preço base de construção ter descido dos 19.000.000,00 € (dezanove milhões de euros) para os 14.000.000,00 € (catorze milhões de euros). E questionou qual era o número de alunos excluídos no acesso ao ensino público com as novas salas de aula no pré-escolar.-----

-----A Sra. Mílvia Gonçalves (PSD) lembrou que houve pessoas que tiveram indisposições por causa das algas invasoras e questionou se o Município tinha algum plano de prevenção para que se possa vir a minimizar este problema; relativamente à limpeza urbana questionou se existia algum reforço na recolha do lixo no verão e se a Câmara Municipal apelou à Algar para fazer esse reforço bem como na área envolvente às ilhas ecológicas.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, respondeu que a questão do meio milhão de euros resulta de opções tomadas, lembrando que as esculturas colocadas nas rotundas integram um museu ao ar livre que se pretende oferecer à população. Acrescentou que, após as críticas iniciais, a escultura passou a ser considerada uma das melhores obras de arte urbana do País. Explicou que o objetivo é criar um roteiro que ligue a rotunda da PSP, a rotunda do Centro de Saúde e a rotunda do Bairro Operário, onde será instalada uma estátua dedicada à indústria conserveira. Informou ainda que se encontram adjudicados cerca de 100.000.000,00 € (cem milhões de euros). Relativamente ao preço base da empreitada da CHESGAL, esclareceu que o valor da proposta não atinge os 15.000.000,00 € (quinze milhões de euros), ao contrário do que sucedeu com o Centro de Saúde, cuja proposta apresentou um valor quase duplicado. Quanto ao





Fl. 131v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

pré-escolar, referiu que as duas salas abertas têm capacidade para 40 alunos, podendo acolher mais 40 pré-inscritos, após verificação de eventual colocação nas redes privada ou social. No que respeita às algas, afirmou que não é possível prevenir um fenómeno natural dessa natureza, nem proceder à sua reutilização, por se tratar de uma espécie invasora. Relativamente aos resíduos sólidos urbanos, informou que existe um problema com a empresa ALGAR, tendo a Câmara Municipal assegurado a recolha do lixo, salientando tratar-se de uma situação transversal a toda a região.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) explicou que não estava a criticar as obras de arte mas as prioridades do Município e, segundo Abraham Maslow, uma comunidade sustentável só se desenvolve com base numa hierarquia de necessidades que devem ser respeitadas, ou seja devem-se definir prioridades e não se deve investir em obras de arte quando a segurança tem níveis mínimos.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) lembrou que, para este ano, no PPI não é tudo obra mas sim, investimento e que estavam cabimentados cerca de 45.000.000,00 € (quarenta e cinco milhões de euros) e comprometidos cerca de 31.000.000,00 € (trinta e um milhões de euros).-----

-----**INTERRUPÇÃO DA SESSÃO:** Neste momento, eram 23 horas e 21 minutos, a Sra. Presidente da Mesa, Maria Joaquina Matos (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Sessão para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 23 horas e 33 minutos.-----

-----**PONTO 2 – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA E NUMERAÇÃO DE POLÍCIA DE LAGOS:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-698-11.-----

-----A Sra. Manuela Duarte (PS) informou que não iria participar na discussão nem votação por se encontrar impedida de o fazer.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) congratulou o Município por esta proposta e questionou o porquê deste processo ter demorado quatro anos a resolver, uma vez que, já tinha sido aprovado por unanimidade na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal lembrando que o nome é transversal a várias gerações lacobrigenses que frequentaram e frequentam aquilo que é a referência no nosso Município.-----

-----O Sr. Vereador Luís Bandarra respondeu que a comissão da toponímia vai-se reunir antes do final do Mandato e verificar se é aprovada a revogação do nome atual da rua e aprovar o novo topónimo para que depois possa seguir os trâmites legais; relativamente à questão das recomendações, lembrou que houve uma recomendação que previa a introdução do QR Code nas placas toponímicas e que seria um trabalho moroso porque teria de estar um historiador por de trás de cada placa toponímica, trabalho esse que tem de ser feito faseadamente. Por fim, agradeceu à Sra. Manuela Duarte pelo trabalho no secretariado desta comissão.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) lembrou que, há cerca de dez anos, o Grupo Municipal da CDU apresentou uma proposta intitulada “A História das Nossas Ruas” e questionou se, no início do presente mandato, alguma dessa proposta foi





aproveitada e posta em prática. Referiu ainda que o Regulamento da Comissão Toponímica deveria ser alterado no início do próximo mandato autárquico, de modo a que a Assembleia Municipal possa estar representada, uma vez que é o órgão fiscalizador do Município.-----

-----Posto isto, foi colocado a votação o Ponto Dois da Ordem do Dia **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA E NUMERAÇÃO DE POLÍCIA DE LAGOS.**-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 116/AM/2025:**

-----**Deliberado**, por unanimidade, com 23 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Duarte Rio, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Jácome, Márcio Viegas, Maria Clara Rato, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Rodrigues, Maria Paula Couto, Natércia Reigada], PSD [Milvia Gonçalves, Nuno Serafim, Rui Araújo], CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], LCF [Cristina Marreiros, Fernando Ildefonso], CHEGA [Paulo Rosário] e BE [David Roque]), aprovar as alterações aos artigos 2.º, 15.º, 16.º 20.º e 29.º do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do Artigo 25.º, do Anexo I, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 21 de maio de 2025.-----

-----Nesta votação não participou o seguinte Membro da Assembleia por se encontrar impedido:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte

-----**PONTO 3 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DE FAIXA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, SITA NA RUA 1.º DE MAIO - BENSFRIM - UNIÃO DE FREGUESIAS DE BENSFRIM E BARÃO DE SÃO JOÃO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-698-12.-----

-----Não sendo alvo de quaisquer intervenções, foi colocado a votação o Ponto Três da Ordem do Dia **PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DE FAIXA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, SITA NA RUA 1.º DE MAIO - BENSFRIM - UNIÃO DE FREGUESIAS DE BENSFRIM E BARÃO DE SÃO JOÃO.**-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 117/AM/2025:**

-----**Deliberado**, por unanimidade, com 24 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Duarte Rio, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Jácome, Márcio Viegas, Maria Clara Rato, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Duarte, Maria Manuela Rodrigues, Maria Paula Couto, Natércia Reigada], PSD [Milvia Gonçalves, Nuno Serafim, Rui Araújo], CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], LCF [Cristina Marreiros, Fernando Ildefonso], CHEGA [Paulo Rosário] e BE [David Roque]), autorizar a desafetação do Domínio Público



Fl. 132v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Municipal, da faixa de terreno a seguir identificada, para alienação ao proprietário do prédio sito na Rua 1.º de Maio, em Bensafrim, destinada a ampliação do imóvel com alinhamento das fachadas da rua: - Faixa de terreno, sita na Rua 1.º de Maio, Bensafrim, União das Freguesias de Bensafrim e Barão de São João, com a área de 5,95 m<sup>2</sup> (cinco vírgula noventa e cinco metros quadrados), que confronta a nascente com domínio público, a sul e poente com José Francisco Costa Evangelista, nos termos e para os efeitos previstos na alínea q) do n.º 1 do Artigo 25.º, do Anexo I, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 6 de agosto de 2025.-----

-----**PONTO 4 - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL DE “REPARAÇÃO DE ROTURAS NAS CONDUTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA NA ÁREA DO MUNICÍPIO”:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-698-13.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira apresentou o documento.-

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) reforçou a importância desta intervenção e disse esperar que venha resolver o problema dos 30% de perdas de água e indicou o sentido de voto.-----

-----Posto isto, foi colocado a votação o Ponto Quatro da Ordem do Dia **PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL DE “REPARAÇÃO DE ROTURAS NAS CONDUTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA NA ÁREA DO MUNICÍPIO”**.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 118/AM/2025:**

-----**Deliberado**, por unanimidade, com 24 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Duarte Rio, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Jácome, Márcio Viegas, Maria Clara Rato, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Duarte, Maria Manuela Rodrigues, Maria Paula Couto, Natércia Reigada], PSD [Milvia Gonçalves, Nuno Serafim, Rui Araújo], CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], LCF [Cristina Marreiros, Fernando Ildefonso], CHEGA [Paulo Rosário] e BE [David Roque]), autorizar a repartição de encargos, resultantes da aquisição de serviços que dará lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, referente ao procedimento concursal para a Empreitada de “Reparação de roturas nas condutas públicas de distribuição de água na área do Município”, no valor base global de 600 000,00€ (seiscentos mil euros), acrescido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor [- Ano de 2025: 141 333,33€ (cento e quarenta e um mil trezentos e trinta e três euros e trinta e três cêntimos); - Ano de 2026: 424 000,00€ (quatrocentos e vinte e quatro mil euros); - Ano de 2027: 70 666,67€ (setenta mil seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos)], nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1, conjugado com o n.º 6 do Artigo 22.º do Regime Jurídico da Realização de Despesas Públicas e da Contratação Pública e na alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas, conforme a proposta apresentada



pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada a 20 de agosto de 2025.-----

-----**PONTO 5 - APRECIACÃO DO RELATÓRIO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO DE 2024:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-698-14.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira apresentou o documento.-

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) referiu que a maioria das pessoas procura a modalidade de arrendamento, no entanto, verifica-se que mais de 50% das inscrições procura habitação para aquisição ou para lotes de autoconstrução, questionou o que o executivo poderia fazer para quem pretende adquirir habitação a custos controlados ou a lotes para autoconstrução, lembrou que o PS apenas tem trabalhado na modalidade de arrendamento questionando o porquê de não se investir também nas outras modalidades. Questionou o porquê de o projeto para a construção para a venda a custos controlados e os lotes de autoconstrução nunca viu a luz do dia e questionou o porquê das Freguesias de Odiáxere e da Luz não terem nenhum projeto de habitação social.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, lembrou que foi aprovada a aquisição de um terreno pelo valor de 9.400.000,00 € (nove milhões e quatrocentos mil euros), prevendo-se que, numa primeira fase, sejam colocados à venda quinhentos fogos. Informou ainda que esse terreno dispunha de um projeto turístico com Pedido de Informação Prévia (PIP) aprovado e que o Município o adquiriu nessas condições, tendo posteriormente majorado o projeto, passando de 399 fogos previstos no PIP para 500 fogos, cuja adjudicação já se encontra em curso, prevendo-se que a especialidade esteja concluída até ao final do corrente ano. Esclareceu que a construção desses fogos ocupará apenas cerca de um quarto do terreno e que já existe um plano de urbanização, prevendo-se a edificação de apartamentos dos tipos T2, T3 e T4, a serem vendidos a preços definidos pelo mercado, tendo em conta a construção a custos controlados. Manifestou a expectativa de que, se tudo correr conforme previsto, a urbanização daquele terreno possa iniciar-se no próximo ano, sendo os fogos vendidos a valores comportáveis para os lacobrigenses. Acrescentou que esse terreno permitirá ainda a construção de mais quinhentos fogos destinados a arrendamento acessível, ficando espaço remanescente para a instalação de equipamentos que venham a revelar-se necessários. Relativamente a Odiáxere, referiu existir um problema decorrente das regras urbanísticas que condicionam a construção. Explicou que o Município tentou adquirir uma casa em ruína naquela freguesia, mas que essas oportunidades acabaram por ser perdidas para o setor privado. Informou ainda que pretende adquirir dois ou três quintalões para a execução do projeto, existindo alguns processos em Tribunal, o que dificulta a sua aquisição por parte da Câmara Municipal. Quanto à Luz, referiu que o Município ainda detém três lotes para autoconstrução, que foram devolvidos devido às dificuldades na edificação, quer por falta de financiamento bancário, quer pela dificuldade em encontrar empreiteiros



Fl. 133v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

disponíveis para executar as obras. Informou igualmente que existe, naquela freguesia, um promotor com um terreno de grandes dimensões e vários lotes aprovados em Plano de Pormenor, estando em curso negociações, embora o terreno apresente algumas desconformidades que se encontram em fase de legalização, prevendo-se que, quando possível, esses lotes sejam disponibilizados para autoconstrução. Relativamente à venda a custos controlados, esclareceu que a mesma será efetuada de acordo com regras próprias, através de leilão, sendo os fogos atribuídos exclusivamente a pessoas da classe média que residam ou trabalhem no Concelho.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) lembrou que o Tribunal de Contas solicitou os mesmos documentos pedidos pelo Grupo Municipal Singular do CHEGA e que todos os votos contra deste Grupo Municipal foram acompanhados pelas Declarações de Voto, no entanto diz notar-se que existe uma indefinição por parte do Município uma vez que umas vezes se fala em quinhentos fogos e noutras fala-se em mil fogos.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, respondeu que, relativamente ao Forte Ponta da Bandeira, após um ano à espera de uma vistoria e mais seis meses à espera de um parecer favorável e da respetiva autorização, foi finalmente possível avançar com a intervenção que se encontra em curso. Esclareceu que, nesta primeira fase, se pretende resolver os problemas existentes na frente voltada para o mar, aos quais se associou uma nova patologia entretanto identificada. Informou ainda que existe um projeto em desenvolvimento e que, com vista à reabilitação global do Forte, foram realizadas reuniões com a Marinha, com o objetivo de avançar igualmente com um projeto de museologia, permitindo a criação de uma nova exposição naquele equipamento. Relativamente à situação dos molhes, explicou que esteve recentemente em Lagos o Sr. Secretário de Estado das Pescas, que assumiu o compromisso de resolver este processo, tendo sido solicitado que, caso não fossem efetuadas as correções necessárias, pelo menos fosse autorizada a sua execução pelo Município. Recordou que a intervenção nos molhes é da responsabilidade da Direção-Geral dos Recursos Naturais e que, apesar das dificuldades na comunicação com esta entidade, já foi lançado um concurso para o desassoreamento, tendo a anterior administração garantido que, em simultâneo, seria aberto um concurso para a retificação dos molhes. Acrescentou que, na altura, se equacionou a possibilidade de criação de um quebra-mar para impedir a entrada de areias na ribeira de Bensafrim, bem como a resolução do buraco existente no molhe, que se tem vindo a agravar devido às condições climáticas.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) questionou se a questão deste novo terreno será divulgado, pelo menos, aos Membros da Câmara Municipal até ao final de setembro.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira respondeu que, quando for possível divulgar esse novo terreno, o mesmo será tornado público.-----

-----Posto isto, ficou apreciado o Ponto Cinco da Ordem do Dia: **RELATÓRIO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO.**-----

-----**PONTO 6 – APRECIACÃO DOS RELATÓRIOS DAS COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Foi dispensada a



leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D-698-15-A e D-698-15-B.-----

-----Posto isto, ficou apreciado o Ponto Seis da Ordem do Dia: **RELATÓRIOS DAS COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**-----

-----A Sra. Mílvia Gonçalves (PSD) fez a seguinte Declaração: “Ao aproximar-se o final do meu mandato como membro da Assembleia Municipal, gostaria de expressar a minha profunda gratidão por ter tido a oportunidade de colaborar convosco ao longo destes anos. Foi uma honra poder trabalhar ao vosso lado, contribuindo para o desenvolvimento da nossa comunidade e participando ativamente nos diversos projetos e iniciativas que tivemos a oportunidade de implementar. Durante este período, tive o privilégio de fazer parte da 4.ª Comissão, onde foram abordados temas tão importantes como a saúde, a educação, o desporto, a juventude, a cultura e a solidariedade social. Estes temas representam áreas essenciais para o bem-estar e o progresso do nosso concelho, e sinto-me orgulhosa por ter podido contribuir na sua discussão. Além disso, fui designada comissária da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), uma experiência que me permitiu dedicar-me à proteção e ao bem-estar das nossas crianças e jovens. Também desempenhei funções de secretária no Conselho Municipal da Juventude, o que me proporcionou uma visão mais aprofundada das necessidades e aspirações da nossa juventude. Agradeço a todos os colegas com quem tive o prazer de colaborar, pelos momentos de aprendizagem, pelos desafios superados e pelas conquistas que alcançámos juntos/as. Levo comigo memórias inesquecíveis e o compromisso de continuar a lutar por uma comunidade cada vez melhor. Desejo a todos/as votos de sucesso nas próximas etapas e estou certa de que o futuro do nosso concelho será ainda mais promissor com o empenho de todos/as.”-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS) solicitou a autorização para a Sra. 1.ª Secretária ler uma declaração.-----

-----A Sra. 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Paula Couto (PS) fez a seguinte Declaração: “Com o fim do atual ciclo autárquico, que se encerra no próximo mês de outubro, termina também um percurso de vida política nesta Assembleia Municipal para um conjunto de autarcas que, fruto da lei e de decisões pessoais, se preparam para deixar a Casa da Democracia Lacobrigense, no natural e saudável processo de renovação dos protagonistas políticos da nossa região. A bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Lagos, expressa publicamente o mais profundo reconhecimento pelo trabalho, empenho, dedicação e sentido de serviço a Lagos e às suas gentes de Carlos Fonseca, Carlos Saúde Fernandes, Duarte Nuno Rio e João Reis, quatro presidentes de junta de freguesia do nosso concelho que, como é sabido, concluem em 2025 o seu ciclo autárquico na liderança das juntas de freguesia de Odiáxere, São Gonçalo de Lagos, Bensafrim/Barão de São João e Luz, respetivamente. Paralelamente, o ano de 2025 marca igualmente a despedida de uma figura que todos reconhecemos como exemplo e inspiração para quantos dedicam a sua vida à causa pública. Referimo-





-nos, naturalmente, à nossa presidente, Maria Joaquina Matos, uma mulher que iniciou o seu percurso autárquico há mais de três décadas, como vereadora do Município, presidente da Câmara, deputada da Nação e, mais recentemente, presidente da Assembleia Municipal de Lagos. Mais do que salientar a competência, o rigor e a entrega da nossa presidente, importa sublinhar as suas qualidades humanas e cívicas. Nascida em Portalegre, conquistou por mérito próprio um lugar de afeto e respeito no coração dos lacobrigenses, pelo muito que deu à cidade e ao concelho. A nossa “Professora Joaquina” não será jamais e apenas mais uma autarca. O seu legado inspira, hoje e no futuro, muitas mulheres que orgulhosamente aceitam o desafio de integrar listas às próximas eleições autárquicas ou que lideram instituições públicas do concelho. A sua vida e ação política serão sempre um farol de esperança e um testemunho de dedicação à democracia local. A si, Maria Joaquina Matos – nossa presidente – deixamos o mais sentido e profundo agradecimento: por tudo o que deu a Lagos, pela profissional de ensino que foi e, acima de tudo, pela dimensão humana que fez de si a pessoa certa para representar, com dignidade e coragem, a Democracia no nosso concelho.”-----

-----Seguidamente deu-se lugar a uma salva de palmas e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS), em nome do Grupo Municipal do PS ofereceu um ramo de flores à Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Maria Joaquina Matos (PS).-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso(LCF) fez a seguinte Declaração: “A dignidade inerente à vida política advém da capacidade que os seus agentes têm de formular e cumprir com os compromissos assumidos junto dos eleitores. E a confiança política que os eleitores depositam em quem os representa resulta da integridade e transparência com que os mesmos exercem os seus cargos em defesa dos interesses comuns. A abstenção é o resultado de perda de confiança nos agentes políticos, partidos ou pessoas, e tem sido nas últimas décadas, o maior cancro que corroí a Democracia. Naturalmente, a responsabilidade desta realidade deve-se, em última análise, ao desinteresse acumulado dos eleitores que entram num grave estado de alienação, induzido pelo descrédito devido ao mau desempenho dos seus representantes. E, facilmente, os eleitores deitam a toalha ao chão, desistindo de lutar pelos seus direitos fundamentais, demitindo-se também eles dos seus deveres. Aproveitando o momento, neste órgão que é a Assembleia Municipal, onde o povo está representado pelas diferentes forças políticas, num contexto de fim de mais um mandato, não podíamos fechar os olhos a esta triste realidade e aferir de algumas das razões que levaram a esta perda de confiança e descrédito da vida política por parte dos cidadãos. Em várias áreas, ao longo dos últimos quatro anos e até mais atrás, vimos inúmeras promessas por cumprir, o que por certo levou a um aumento dos indecisos, insatisfeitos e desiludidos, acabando por se refletir no aumento da abstenção. Nesta reflexão salientamos a área da habitação, tão sensível, afetando muitas famílias e a própria sustentabilidade da vida económica e social do município, onde os outdoors do partido vencedor nas últimas eleições, prometiam 400 novos fogos, dos quais apenas 47 foram entregues - pouco mais de 10%. Os dois principais candidatos do Partido Socialista, aqui presentes, e então em pleno exercício no órgão executivo, conheciam melhor que ninguém as condições da



autarquia, os terrenos existentes, os recursos financeiros disponíveis, e estavam conscientes do verdadeiro alcance da promessa eleitoral, sabendo que tal não iria ser cumprido... e ainda assim assumiram um compromisso com os lacobrigenses. A mesma situação afeta o património histórico, cuja conservação tão anunciada, foi rapidamente esquecida e só uns dias antes das novas eleições se anunciou uma intervenção urgente no Forte da Ponta da Bandeira, quando já há mais de 4 anos se vinha alertando e assistindo à derrocada de uma das suas paredes. As muralhas, património fundamental da nossa identidade, continuam a degradar-se a ritmo acelerado sem qualquer intervenção digna. A falta da ciclovía prometida há mais de 8 anos; a falta de passeios pedonais em áreas que comprometem a segurança dos peões; a falta de passadeiras no Centro Escolar da Luz; o caos no Centro Histórico, por falta de condições de mobilidade e insegurança no espaço público, há mais de 8 anos reclamados; a falta de limpeza urbana; a perda recorrente das bandeiras azuis nas nossas praias de referência internacional, tão essenciais à sustentabilidade da nossa economia; incapacidade de resolução dos problemas no Bairro 25 de Abril; a falta de parques infantis inclusivos para crianças condicionadas; tantas e tantas faltas por reparar e promessas por cumprir... Com efeito, ao longo destas últimas décadas, Lagos tem sido governado por uma maioria minoritária, em grande parte devido à elevada abstenção, que num universo de 25 000 eleitores faz com que bastem 5 500 votos para se eleger uma maioria. Face à fragmentação partidária, para o partido dominante, e para outros partidos em condições semelhantes, a abstenção é eleitoralmente muito favorável pois se mais de metade dos eleitores não votar, mesmo que um partido obtenha uma minoria de votos pode ter maioria absoluta e, assim, não precisar de dialogar ou negociar com os partidos da oposição para a governação da vida autárquica. Mas, se este cenário é confortável para o partido dominante, é, por outro lado, sinónimo de uma grave pobreza democrática que põe em causa os indispensáveis níveis de representatividade. O partido eleito com este tipo de maiorias absolutas, representa apenas uma pequena fração dos eleitores. No caso concreto de Lagos, pouco mais do que 1/5 dos eleitores. Quem se posiciona para governar em nome de todos, tem que estar acima dos interesses meramente particulares ou partidários. Face a este panorama, estando nós no órgão autárquico privilegiado de representação do povo, é muito importante que, a alguns dias do novo ato eleitoral, passemos aqui uma mensagem de confiança aos eleitores de que a dignidade na vida política está presente entre nós, reconhecendo o que não se deve repetir, isto é, prometer em momentos eleitorais, sabendo que não têm condições para cumprir os compromissos. Por tudo isto, e para que os eleitores voltem a acreditar na dignificação da vida política, e nos políticos que os representam, é imperativo que os representantes políticos do povo de Lagos, e, no caso particular, do partido da maioria, saibam reconhecer as suas falhas, devendo o chefe do executivo ser capaz de admitir publicamente que não cumpriu com compromissos assumidos perante os lacobrigenses. E começáramos nós, os eleitos de Lagos com Futuro, por dar o exemplo, reconhecendo que não foram cumpridos os compromissos assumidos com os lacobrigenses, por terem desertado dos seus mandatos mais de metade dos candidatos que aqui tomaram posse em nome deste



Movimento, após terem assumido compromissos formais perante os seus eleitores, defraudando assim as suas expectativas. Podemos dizer que isto é uma consequência previsível da natureza casuística e descomprometida dos movimentos livres, pelo facto de não haver regras instituídas como há no âmbito das disciplinas partidárias. Mas não deixa de ser uma falha para com os lacobrigenses. Para todos, é tempo de devolver à política a sua nobreza, e ao povo a confiança que nunca deveria ter sido perdida.”-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS) fez a seguinte Declaração: “Bem, esperemos efetivamente que haja sempre uma participação da população. O mandato que agora está a terminar foi, no nosso entender, um mandato de sucesso e como na nossa casa nem tudo fica feito como a gente quer. Foi um dos desafios. Foi o mandato que veio após uma pandemia. Foi um mandato que veio após um momento muito conturbado. Tivemos três governos em três anos, o que dificulta todo o contacto com o governo e muito se tem feito e muito se irá fazer, certamente. E era bom que uma vez por todas a Lagos com Futuro se assumisse como uma coligação de partidos e não como independentes, porque não são independentes. São uma coligação de partidos, funcionam com dois partidos. Portanto, essa coisa de mandar para a população ou dizer que são independentes, não é verdade. São tão partidos como qualquer um desta aqui. Ou então assumam se e vão pedir assinaturas. Mas já não é a primeira vez que dizem que são independentes, não é verdade? É uma coligação de partidos como a CDU, com os outros partidos, como a AD, com qualquer outra coligação. É só isso. E que o voto seja sincero, que o povo vote em consciência. E que vote massivamente também estaremos cá. Obrigado.”-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) fez a seguinte Declaração: “Queria aqui dizer que foi com orgulho que se os cargos para que fui eleito, esperando também ter merecido a confiança daqueles que em mim votaram através daquela que foi a minha participação e ação política. Quero aqui deixar o meu agradecimento e reconhecimento a todos os eleitos locais e funcionários municipais com que tive o privilégio de trabalhar. Aproveito para deixar aqui o meu testemunho que, independentemente do partido, coligação, movimento independente ou área política a que cada um pertence ou pertenceu, sempre reconheci em companheiros como em adversários, um objetivo comum o melhor para Lagos. Espero que continue assim e que esta seja a casa de todos os lacobrigenses.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) fez a seguinte Declaração: “consideramos que cumprimos as nossas funções com trabalho, honestidade e competência, como é o nosso lema. Lema da CDU que apresentamos cerca de 130 propostas à votação nesta Casa, apresentamos na casa dos 130 requerimentos que estão dezenas. Porque, por serem dadas respostas e portanto, o nosso trabalho foi feito com empenho, com dedicação e que, digamos, continuaremos com esta sigla. Da nossa parte, no futuro, podem contar connosco para que na Assembleia Municipal possamos ter um grupo que faça um trabalho digno e responsável de acompanhamento e fiscalização da Câmara. Sem fazer qualquer agora, outra apreciação. Como já todos sabem que estamos também em períodos eleitorais e que calhava até bem. Mas a única coisa que fazemos é apresentamos os nossos cumprimentos e saudações a todos é que



tenham todos saúde para continuarem a lutar pela nossa terra.”-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) fez a seguinte Declaração: “Isto é só para me despedir também agradecer a tolerância, a aceitação e a aprendizagem toda, que entre nós, foi possível. Agradecer o trabalho exemplar dos funcionários que eu conheci nesta casa e tive o privilégio de trabalhar com eles. Achei muito positiva essa parte do profissionalismo, a isenção, tudo fantástico. Agradecer também aqui a intervenção de todos. Ao longo destes quatro anos tivemos as nossas quezílias, as nossas risadas, os nossos momentos. Há uma coisa que nos une, ainda que cada um tenha a sua visão política ou partidária, que é realmente Lagos, e desejar a vocês todos, também nas campanhas que se avizinham, quem for participar nas campanhas ou outras etapas diferentes. Que corra tudo pelo melhor. E votos de sucesso possível e cordial. Obrigado.”-----

-----O Sr. David Roque (BE) fez a seguinte Declaração: “É de realçar da democracia para a tomada de decisões, para aquilo que é o bem comum. Que é isso que nós estamos aqui a fazer e, portanto, há aqui também uma aprendizagem que foi feita e um contributo que penso que o Bloco de Esquerda deu também em termos de propostas e de ideias, para uma visão de Lagos, que é o propósito comum de todos nós. E espero que esse trabalho continue por muitos e longos anos. Obrigado.”-----

-----A Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Maria Joaquina Matos (PS) fez a seguinte intervenção: “Começo por agradecer as palavras de homenagem, as flores que me ofereceu a Bancada do Partido Socialista. Sou militante do Partido Socialista desde o 25 de Abril, como é do conhecimento público. Enquanto autarca agradeço, pois, as palavras de reconhecimento que me dirigiram. E agora, também, em jeito de despedida, quero agradecer aos meus colegas de Mesa da Assembleia, os dois Secretários que me apoiaram sempre para o normal funcionamento dos trabalhos plenários. Expresso também o meu agradecimento e reconhecimento aos Serviços Administrativos da Assembleia, pela qualidade do seu trabalho de apoio a todos os Membros da Assembleia Municipal e pela enorme disponibilidade no desempenho das minhas funções. A modernização em termos de evolução tecnológica deve-se ao empenho e aposta dos funcionários dos Serviços no sentido de garantir melhores condições ao funcionamento deste Órgão autárquico. É para eles, para o Luís Santos, para a Alexandra Brito, e para o Coordenador dos Serviços, Jorge Silvestre, que expresso aqui o meu agradecimento e reconhecimento. Manifesto também o meu apreço a todos os Membros da Assembleia, de todas as Bancadas, pela forma dedicada como exerceram as suas funções, para as quais foram eleitos neste Mandato que agora termina. Vivemos num País livre, em Democracia, e foi em liberdade e democracia que exercemos as nossas funções autárquicas. A Bancada do Partido Socialista, em jeito de despedida, fez aqui referência à minha vida política e profissional, lembrando que fui Professora e elogiando também a minha atividade política, iniciada em 1993, e que se prolongou ao longo dos anos, estando agora a terminar. Lembrando esse ano já distante de 1993, partilho o facto de ter encontrado, recentemente, uma fotografia tirada no âmbito da campanha eleitoral desse ano. Na mesma constam 12 cidadãos candidatos aos vários Órgãos



Fl. 136v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Autárquicos, sendo 11 homens e apenas uma mulher que, por sinal, era eu. E quando olhei para aquela fotografia com o olhar de hoje, senti um enorme orgulho nas listas apresentadas por todos os Partidos que agora concorrem às próximas eleições autárquicas. Porque em todas há muitas mulheres. Novas mulheres, muitas jovens, cheias de força, cheias de ideias e de sonho e que no fundo querem participar na construção de uma sociedade melhor, no caminho da defesa dos valores da democracia, da liberdade e do reforço do Poder Local democrático. A valorização do papel da Mulher na sociedade é uma causa ganha na sociedade portuguesa. Confesso que foi uma honra ter sido autarca, retomando agora, com gosto, a minha condição de simples cidadã, lembrando, a propósito palavras de Fernando Pessoa: “Para ser grande, ser inteiro: nada Teu exagera ou exclui. Sê todo em cada coisa. Põe quanto és no mínimo que fazes. Assim em cada lago a lua toda Brilha, porque alta vive.”. Viva a liberdade! Viva a democracia! Viva Lagos!”-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Sessão.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Sessão, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.---

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** Assim a Sra. Presidente da Mesa, Maria Joaquina Matos (PS), declarou encerrada a Sessão, eram 0 horas e 36 minutos, da madrugada do dia 16 de setembro de 2025, da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Maria Paula Dias da Silva Couto, 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com a sua Presidente, Sra. Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos.-----

.....  
.....  
-----